

Inamps pagou por paciente 'fantasma'

O inquérito 2-0564/86 da Polícia Federal em São Paulo, que o presidente do Inamps, Ricardo Ackel, agora manifesta "curiosidade" em conhecer, e no qual foram indiciados, entre outros, Werther Sthenio Costa e Telles e João José Cândido da Silva, apurou fraudes praticadas por hospitais, clínicas e ambulatórios particulares. Esses estabelecimento, contratados pelo Inamps, cobravam atendimentos de pacientes *fantasmas* e adulteravam guias de procedimentos, para elevar a remuneração paga pelo instituto.

Uma das conclusões do relatório do inquérito, assinado em 16 de novembro de 1988 pelo delegado Luzenildo Félix, é que, por ação ou omissão, Werther Sthenio e João José, além do próprio presidente do Inamps na época, Aloysio Salles (como os dois, indiciado e impronunciado), contribuíram decisivamente para que as fraudes se consumassem.

O que houve, segundo o relatório, foi uma "legalização das fraudes", pois, numa reunião convocada em agosto de 1984, quando os atendimentos *fantasmas* já haviam sido descobertos, através de cotas de internação superiores à capacidade dos hospitais, o próprio Werther, em nome da direção-geral, comunicou que as cotas seriam aumentadas (página 2.416 do processo).

De acordo com o relatório, só o Hos-

pital São Marcos, de São Paulo, fez, entre outubro de 1984 e setembro de 1985, 31.532 internações a mais do que permitiria sua capacidade. No relatório, o delegado Luzenildo Félix afirma também que a nomeação do novo chefe do serviço de contas médicas do Inamps em São Paulo, Staline Vilanova, por determinação direta de Aloysio Salles, foi decisiva para facilitar as fraudes. Isso porque o número de fraudes aumentou na gestão de Staline.

"Com toda a situação criada e armada, não se poderia esperar outra coisa, a não ser a ocorrência de fraude, como ocorreu no período 84/85, já que todos os sistemas, mesmo precários de controle, foram desativados pela direção-geral", afirma, na página 2.419 do inquérito, o delegado Luzenildo Félix. Na época, o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, acusou diretamente o então presidente do Inamps por "omissão" e "má vontade" no fornecimento de dados para a apuração das fraudes.

Em março de 85, depois de Werther Sthenio ser inocentado de acusações de que teria ligações com alguns dos principais fraudadores do Inamps — numa sindicância aberta por Aloysio Salles —, o ministro da Previdência, Waldir Pires, determinou a abertura de um inquérito administrativo. O objetivo era apurar o possível envolvimento de Werther Sthenio com os proprietários das empresas de

consultoria Módulo e PCE-Planejamento e Consultoria Empresarial, ambas de São Paulo, que ajudavam os hospitais a preparar a documentação para as fraudes.

"Quanto mais investigarem o caso, melhor, pois ficará provado que não tenho qualquer ligação com eles", disse Werther Sthenio, em março de 85. De acordo com informações fornecidas pela Polícia Federal, na época, o número do telefone de Werther foi encontrado em diversos papéis apreendidos com Walkiria Parotti Garcia, uma das donas da PCE.

No inquérito foram indiciados o economista Milton Milreu, que, segundo os autos, cobrava, como propina, 10% do faturamento enviado ao instituto pelos hospitais e clínicas *protégidos* pelas autoridades do Inamps, e Adilson Gomes de Oliveira, genro de Aloysio Salles. Adilson era suspeito de agir como intermediário entre os hospitais e clínicas e as autoridades que acobertavam as fraudes.

Em junho de 85, o deputado federal Alceni Guerra afirmou, em entrevista, que a "impunidade" que se verificava em relação às fraudes estimulava a sua reincidência, "porque dificilmente os graudões, os engravatados, vão para a cadeia". Antes, Alceni, como superintendente do Inamps no Paraná, havia investigado perto de 900 mil contas, constatando fraudes em cerca de 40% delas.